

## FAIRFAX BRASILEG SEGUROS CORPORATIVOS S.A.

CNPJ nº 10.793.428/0001-92

**DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**Relatório da administração:** Aos Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apuradas com base na regulamentação vigente. A Seguradora: A Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. iniciou suas operações em março de 2010, após autorização da SUSEP, para operar com seguros de danos e de pessoas em todo o território nacional. Nossa concepção local conta com uma equipe experiente e especializada, atuando através de

principais linhas de negócios (Aeronáutico, Agríbussines, Affinity, Infraestrutura/Oil&Gas, Property, Liability, Marine e Surety), provendo soluções diferenciadas e inovadoras na transferência de riscos. **Resultado e patrimônio:** Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 1.733.946 mil no exercício. O total das provisões técnicas atingiu o montante de R\$ 3.073.922 mil, o patrimônio líquido totalizou R\$ 526.537 mil e o total de ativos de R\$ 4.835.346 mil em 31 de dezembro de 2021. **Distribuição de dividendos:** Os acionistas têm direito a receber com dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no estatuto social. **Declaração sobre a capacidade financeira:** Em atenção à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e atualizações posteriores, a Seguradora declara ter intenção e considera ter capacidade financeira para assegurar, até o seu respectivo vencimento, os títulos classificados como "mantidos até o vencimento". **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos corretores, que mantêm

BALANÇO PATRIMONIAL		Passivo e patrimônio líquido			
	31/12/2021	31/12/2020			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.201.473</b>	<b>3.003.700</b>	<b>Circulante</b>	<b>3.694.990</b>	<b>2.597.510</b>
Disponível	15.566	11.118	Contas a pagar (nota 14)	69.480	96.468
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	15.566	11.118	Obrigações a pagar	31.784	29.874
Aplicações (nota 6)	907.848	1.040.532	Impostos e encargos sociais a recolher	33.209	14.281
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>1.276.641</b>	<b>648.293</b>	Encargos trabalhistas	3.714	2.700
Prêmios a receber (nota 7.1 e 7.2)	613.277	372.285	Impostos e contribuições	773	49.318
Operações com seguradoras (nota 7.3)	18.851	6.963	Outras contas a pagar	-	295
Operações com resseguradoras (nota 7.4)	644.513	209.045	<b>Débitos das operações com seguros e resseguros (nota 15)</b>	<b>1.039.379</b>	<b>693.778</b>
Outros créditos operacionais	2.369	1.625	Prêmios a restituir	8.117	8.639
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (nota 17.2)</b>	<b>1.820.880</b>	<b>1.207.730</b>	Operações com seguradoras	32.748	13.511
<b>Títulos e créditos a receber (nota 8)</b>	<b>62.855</b>	<b>3.040</b>	Operações com resseguradoras	905.432	602.257
Títulos e créditos a receber	2.232	945	Corretores de seguros e resseguros	93.082	69.371
Créditos tributários e previdenciários	60.264	1.670	<b>Depósitos de terceiros (nota 16)</b>	<b>23.671</b>	<b>14.457</b>
Outros créditos	359	425	Provisões técnicas - seguros (nota 17.1)	2.562.459	1.792.807
<b>Despesas antecipadas (nota 9)</b>	<b>4.119</b>	<b>1.872</b>	Danos	2.557.397	1.789.265
<b>Custos de aquisição diferidos (nota 10)</b>	<b>111.195</b>	<b>89.499</b>	Pessoas	5.062	3.542
Seguros	111.195	89.499	<b>Não circulante</b>	<b>613.820</b>	<b>409.768</b>
<b>Não circulante</b>	<b>633.873</b>	<b>405.406</b>	<b>Débitos das operações com seguros e resseguros (nota 15)</b>	<b>96.622</b>	<b>52.881</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>510.441</b>	<b>313.235</b>	Operações com seguradoras	2.340	3.891
Aplicações (nota 6)	15.356	14.587	Operações com resseguradoras	82.891	34.003
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>131.474</b>	<b>80.808</b>	Corretores de seguros e resseguros	13.391	14.987
Prêmios a receber (nota 7.1 e 7.2)	130.820	79.853	Provisões técnicas - seguros (nota 17.1)	511.463	356.887
Operações com seguradoras (nota 7.3)	654	955	Danos	511.463	356.887
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (nota 17.2)</b>	<b>261.055</b>	<b>129.148</b>	<b>Débitos diversos (nota 11)</b>	<b>3.735</b>	<b>-</b>
<b>Títulos e créditos a receber (nota 8)</b>	<b>12.504</b>	<b>11.324</b>	<b>Patrimônio líquido (nota 18)</b>	<b>526.537</b>	<b>401.837</b>
Outros valores e bens (nota 11)	3.622	-	Capital social	209.226	209.226
<b>Custos de aquisição diferidos (nota 10)</b>	<b>86.420</b>	<b>77.368</b>	Aumento de capital social (em aprovação)	202.320	-
Seguros	86.420	77.368	Reservas de lucros	114.991	192.611
Investimentos (nota 12)	63.405	53.210	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.835.346</b>	<b>3.409.115</b>
Participações societárias	63.405	53.210			
Imobilizado (nota 13)	9.031	7.924			
Bens móveis	5.061	3.989			
Outras imobilizações	3.970	3.935			
Intangível (nota 13)	50.996	31.037			
Outros intangíveis	50.996	31.037			
<b>Total do ativo</b>	<b>4.835.346</b>	<b>3.409.115</b>			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Lucros/Prejuízos acumulados	
	Capital social (estraneiro)	Reservas de lucros	Total
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>209.226</b>	<b>7.233</b>	<b>353.883</b>
Contribuição à controladora (nota 22.6)	-	-	2.480
Transferência ao ativo	-	-	(2.480)
Lucro líquido do exercício	-	-	47.954
Proposta para destinação do resultado	-	2.398	45.556
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>209.226</b>	<b>9.631</b>	<b>401.837</b>
Contribuição à controladora (nota 22.6)	-	-	4.313
Transferência ao ativo	-	-	(4.313)
Aumento de capital social - AGE de 16.12.2021	-	202.320	202.320
Prejuízo do exercício	-	-	(77.620)
Proposta para destinação do resultado	-	-	77.620
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>209.226</b>	<b>202.320</b>	<b>526.537</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto operacional:** A Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. (Seguradora) recebeu autorização pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar em todo território nacional em 09 de março de 2010 com seguros de danos e de pessoas. Em 27/09/2019, a Seguradora requereu formalmente sua retirada do Consórcio DPVAT que, na forma da cláusula 12ª do Instrumento de Consórcio, produziu seus efeitos a partir de 01/01/2020; ressalvadas as obrigações previstas no Instrumento de Desligamento, firmado em 06/01/2020. O controle acionista é da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. A seguradora possui participação de 100% na Fairfax Holdings Limited, sociedade existente e organizada no Canadá. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes. A sede está localizada na Alameda Santos, 1940 - 4º andar, em São Paulo, no Estado de São Paulo. A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela administração, em 23 de fevereiro de 2022.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e atualizações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e atualizações posteriores dispõem sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras.

**3. Resumo das principais práticas contábeis:** 3.1 Base para preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, uma vez que a Seguradora não possui títulos classificados como disponíveis para venda ou outro valor ajustado no patrimônio líquido. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras notas 3.5.1, 3.5.2, 3.6, 3.10, 3.11, 3.13 e 3.18. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais mil, que é a moeda funcional.

**3.2 Normas e interpretações de normas:** 3.2.1 Normas e interpretações de normas emitidas recentemente e aplicáveis em períodos futuros: As seguintes normas e pronunciamentos, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais. A Administração avaliará o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada uma delas e considerando inicialmente os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) • IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38 no que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, modelo de perda esperada e incorrida, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Este pronunciamento está em vigor desde 1º de janeiro de 2018, sua aplicação, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP; • IFRS 17 - "Contratos de Seguros", este pronunciamento apresentará uma mudança relevante nas práticas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Este IFRS 17 se baseia no modelo de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferenciando de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma orientação muito mais robusta que a atualmente vigente. Este pronunciamento substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do pronunciamento pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a aprovação e aprovação prévia da SUSEP. A Administração aguarda o posicionamento destes órgãos reguladores para avaliar os impactos destes normativos nas demonstrações financeiras. 3.2.2 Novas normas emitidas recentemente em vigor: • IFRS16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2), aprovado pela Circular SUSEP nº 615/20, estabelece os princípios para o reconhecimento dos contratos de arrendamentos, reconhecendo o valor presente dos pagamentos futuros. O reconhecimento ocorre através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depósitos de liquidação dos ativos de arrendamento e despesas financeiras oriundas dos juros do passivo. A Seguradora adotou o CPC 06 (R2) de maneira retrospectiva simplificada, conforme as disposições específicas de transição da norma, sem que houvesse o requerimento de representação das informações comparativas de 2020. Na data da aplicação inicial: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos da Seguradora; (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado de maneira retroativa, como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. Os saldos iniciais dos ativos e passivos foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2021, data de adoção inicial da norma, conforme apresentado na Nota 11. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2021 foi de 6,96%, a.e., e representa a taxa de juros livres de risco observada no mercado, por os prazos de seus contratos, ajustadas a sua realidade ("spread" de crédito). Ao determinar o prazo do arrendamento, a Seguradora considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incômodo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios não foi incluída no passivo de arrendamento por que a Seguradora pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios. • RESOLUÇÃO CNSP nº 432 de 12/11/2021 - Publicada em 19 de novembro de 2021, a Resolução revogou muitos normativos, dentre eles a Resolução CNSP nº 321 de 15/7/2015 e Resolução CNSP nº 412 de 30/6/2021, tendo considerado os principais impactos (i) a atualização nos critérios de ajustes contábeis e aqueles associados à variação dos valores econômicos ao cálculo do patrimônio líquido ajustado, (ii) a instituição de ajustes de qualidade de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR) e 3 níveis de PLA; (iii) dos requerimentos de CMR e dos Planos de Regularização de Solvência e de Suficiência de Cobertura. • CIRCULAR SUSEP nº 648 de 12/11/2021 - Publicada em 19 de novembro de 2021, a Circular revogou muitos normativos, dentre eles a Circular SUSEP nº 517 de 30/7/2015, sendo os principais impactos vigentes a partir da sua publicação: (a) adequação no formato de publicação em jornais impressos conforme Lei nº 6.404; (b) exclusão da concessão de compra de prejuízo em pelo menos 3 dos últimos 5 exercícios sociais para o desreconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e decorrentes de diferenças temporárias. Demais atualizações constantes nesta circular possuem vigência a partir de 03 de janeiro de 2022. 3.3 Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira: As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado. 3.4 Caixa e equivalente de caixa: Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixas e contas-correntes em bancos que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, utilizados pela Seguradora para gerenciamento dos seus compromissos de curto prazo. 3.5 Ativos e passivos financeiros: 3.5.1 Classificação e mensuração: A Seguradora classifica seus ativos e passivos financeiros segundo as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio de resultado, "mantidos para negociação", "mantidos até o vencimento" e "ativos e recebíveis". **Mantidos para negociação:** • Em função dos títulos e valores mobiliários terem sido adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. Estes são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **Mantidos até o vencimento:** • Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora tem a intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de amortização, acrescidos dos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		Despesa com resseguro			
	31/12/2021	31/12/2020			
<b>Prêmios emitidos líquidos (notas 4.1.4 e 20.1)</b>	<b>1.733.946</b>	<b>1.220.527</b>	<b>Prêmios emitidos líquidos (notas 4.1.4 e 20.1)</b>	<b>1.733.946</b>	<b>1.220.527</b>
Variações das provisões técnicas de prêmios	(996.804)	(251.935)	Prêmios emitidos líquidos (notas 4.1.4 e 20.1)	1.733.946	1.220.527
<b>Prêmios ganhos (nota 19)</b>	<b>1.337.142</b>	<b>968.592</b>	Despesas com resseguro (nota 3.10.11)	(631.549)	(496.797)
<b>Sinistros ocorridos (notas 19 e 20.2)</b>	<b>(1.445.210)</b>	<b>(830.151)</b>	Despesas administrativas (nota 20.6)	(93.357)	(69.713)
<b>Costos de aquisição (notas 19 e 20.3)</b>	<b>(221.859)</b>	<b>(152.507)</b>	<b>Despesas com tributos (nota 20.7)</b>	<b>(23.759)</b>	<b>(31.929)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(4.886)</b>	<b>(10.574)</b>	<b>Resultado financeiro (nota 20.8)</b>	<b>(81.364)</b>	<b>72.829</b>
<b>Resultado com resseguro (nota 20.5)</b>	<b>111.527</b>	<b>136.143</b>	<b>Resultado patrimonial (nota 12)</b>	<b>(81.364)</b>	<b>-</b>
Reciclação de ativos	113.076	928.949	<b>Resultado operacional</b>	<b>(81.521)</b>	<b>78.690</b>
<b>Despesa com resseguro (nota 3.10.11)</b>	<b>(631.549)</b>	<b>(496.797)</b>	<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	<b>(81.364)</b>	<b>114</b>
<b>Despesas administrativas (nota 20.6)</b>	<b>(93.357)</b>	<b>(69.713)</b>	<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>(81.364)</b>	<b>78.690</b>
<b>Despesas com tributos (nota 20.7)</b>	<b>(23.759)</b>	<b>(31.929)</b>	Imposto de Renda (nota 21)	15.832	(17.540)
<b>Resultado financeiro (nota 20.8)</b>	<b>(81.364)</b>	<b>72.829</b>	Contribuição Social (nota 21)	7.852	(11.785)
<b>Resultado patrimonial (nota 12)</b>	<b>(81.364)</b>	<b>-</b>	Participações sobre o resultado	(19.908)	(1.525)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(81.521)</b>	<b>78.690</b>	<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>(77.620)</b>	<b>47.954</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	<b>(81.364)</b>	<b>114</b>	Quantidade de ações	411.545.744	209.225.746
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>(81.364)</b>	<b>78.690</b>	Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações em reais	(0,19)	0,23
Imposto de Renda (nota 21)	15.832	(17.540)			
Contribuição Social (nota 21)	7.852	(11.785)			
Participações sobre o resultado	(19.908)	(1.525)			
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>(77.620)</b>	<b>47.954</b>			
Quantidade de ações	411.545.744	209.225.746			
Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações em reais	(0,19)	0,23			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		Despesa com resseguro			
	31/12/2021	31/12/2020			
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>(77.620)</b>	<b>47.954</b>	<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>(77.620)</b>	<b>47.954</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(77.620)</b>	<b>47.954</b>	<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(77.620)</b>	<b>47.954</b>
Perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizadas durante o período de expiração do risco dos contratos.			Perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizadas durante o período de expiração do risco dos contratos.		
<b>Resseguradores</b>	<b>Rating</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>		
Locais	S&P	(333.081)	(312.924)		
Eventuais	A	(31.986)	(14.900)		
	A+	(9.300)	(11.580)		
	A-	(38.740)	(22.785)		
	AA	(277)	-		
	AA-	(4.767)	(3.790)		
	AA+	(24)	(186)		
	AAA	(2.994)	(2.994)		
	B+	(5.213)	(1.250)		
	A	(73.241)	(17.861)		
	A-	(59.449)	(15.800)		
	AA	(16.126)	(74.799)		
	AA+	(18.257)	(673)		
	AAA	(37.591)	(16.308)		
	AA+	(573)	(704)		
<b>Total</b>	<b>Rating</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>		
	S&P	(631.549)	(496.797)		

A Seguradora avalia a recuperabilidade (impairment) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de impairment, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. 3.10.2 Passivos de contratos de seguro: Na adoção inicial do CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Deane as isenções previstas no CPC 11, a Seguradora também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos para uma entidade que aplica o CPC 11 pela primeira vez, tais como: (i) teste de adequação de passivos (ou Liability Adequacy Test), (ii) teste de impairment de ativos de resseguro, (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro. A Seguradora não aplicou os princípios de Shadow Accounting (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política. A Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores, bem como a Circular SUSEP 517/2015 e atualizações posteriores, instituem regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) foi constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer com base no critério pro rata dia, representando a responsabilidade da Seguradora na cobertura de seguros para os contratos com período de vigência em aberto na data do balanço. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) foi apurada com base no histórico de apólices vigentes antes da emissão. A PPNG-RVNE foi calculada por método estatístico para apólices com prêmios de até R\$ 10 milhões, através da estimativa da quantidade de apólices RVNE e do valor médio da PPNG-RVNE dessas apólices com base no histórico observado. Para apólices com prêmios superiores a R\$ 10 milhões, a provisão foi calculada através da relação de apólices vigentes, mas não emitidas informada até a data-base, utilizando-se a fórmula idêntica à fórmula de cálculo da PPNG. O registro dessa provisão foi efetuado em conformidade com o atual plano de contas previsto pela SUSEP. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) foi constituída por estimativas de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistro recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos de legislação. A PSL é constituída no momento do aviso de sinistro e seu valor é determinado pela análise de perdas. Um sinistro será classificado como judicial quando existir uma ação contra a Seguradora. A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (BNR) foi constituída utilizando a experiência de aviso de sinistros da Seguradora (triângulo de sinistros), combinada com a expectativa de sinistro final (Ultimate Loss) da carteira. O modelo utilizado foi o de *Bornhater-Ferguson*. 3.10.3 Custos incorridos na aquisição de contratos de seguros: A Seguradora registra como um custo de aquisição diferido (Deferred Acquisition Costs - DAC) todos os gastos que são diretamente relacionados ao relacionamento com o cliente, tais como custos de aquisição de seguros, que são avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesas, conforme incorridos. Esse custo é amortizado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco. 3.10.4 Taxa de juros para ativos e passivos: As obrigações decorrentes dos contratos de seguros não são indexadas. O fluxo de caixa, portanto, foi projetado em valores nominais. A taxa de desconto utilizada foi a taxa de juros livre de risco prefixada, definida pela curva de títulos sem risco de crédito disponível no mercado financeiro brasileiro na data-base 31 de dezembro de 2021. 3.11 Teste de recuperação de passivos: (Liability Adequacy Test (LAT)). Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP 517/2015 e atualizações posteriores, em cada data de balanço a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos para todos os riscos assumidos até a data-base do teste. O objetivo é verificar a suficiência das provisões técnicas constituídas face às obrigações de sinistros e despesas relacionadas. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Seguradora elaborou uma metodologia que controla a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros que

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

do mercado brasileiro, a Seguradora se utiliza de uma estratégia de gestão de riscos para manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados por nossa matriz e por nosso Comitê de Investimentos. Adicionalmente, a Seguradora emite certos contratos de seguro cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos. Para todos os instrumentos financeiros, o IFRS 7/CPC 40 requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1). • Informações além dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) (Nível 2). • Inserções para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis do mercado (inserção não observável) (Nível 3). A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A Seguradora também gerencia parte dos seus ativos livres por meio de gestão própria, com base em diretrizes oriundas de sua matriz e do Comitê de Investimento, com o intuito de proporcionar retorno em longo prazo dos ativos em níveis considerados como satisfatórios. As tabelas demonstradas na nota 6 apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados ao valor. O valor justo de instrumentos negociados em um mercado ativo é calculado com base em preços cotados em mercado na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantido pela Seguradora é a *bid price* atual. Estes instrumentos são incluídos em Nível 1. A Seguradora realiza análises de sensibilidade para riscos financeiros sobre todos os seus instrumentos financeiros ativos e passivos. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas destas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados) podem diferir significativamente dos resultados estimados através das análises de sensibilidade apresentadas nestas demonstrações financeiras. A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em:

Impacto		31/12/2021	31/12/2020
Variável financeira	Variação (%)	PL/Resultado	PL/Resultado
Taxa de juros	1	(15.442)	(8.976)
Taxa de juros	-1	16.969	10.103
IBOVESPA	1	3.003	2.670
IBOVESPA	-1	(3.003)	(2.670)

**4.0 Gestão de risco de crédito:** A Seguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto. Nesse contexto, a Seguradora segue as políticas da matriz e políticas de seu Comitê de Tesouraria onde existem diversos indicadores impostos para limitar a nossa exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior a aqueles estabelecidos em nossa política. A política de aplicações financeiras adotada pela administração da Seguradora estabelece as aplicações financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais. **4.5 Gestão de risco de capital:** Os objetivos principais da Seguradora em sua gestão de capital são: manter nível de capital suficiente para atender os requerimentos regulatórios emanados pela SUSEP; proteger a capacidade financeira da Seguradora e otimizar o valor da Seguradora aos acionistas e partes interessadas. A Seguradora monitora o nível de capitalização e aderência ao "capital regulatório", que considera todas as regras vigentes emanadas pelos órgãos reguladores responsáveis. Adicionalmente, as decisões de alocação de recursos são parte integrante do planejamento estratégico da Seguradora. As regras de "capital regulatório" exigem que a Seguradora deve apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que está sujeita mantendo Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao "Capital Mínimo Requerido - CMR" e, a qualquer tempo, suficiência de cobertura de provisões técnicas. Em resumo, o capital regulatório considera os riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, ativos líquidos e necessidade de cobertura das provisões, conforme descrito a seguir: • Capital base: é o montante fixo de capital que a seguradora deverá manter, a qualquer tempo, e varia em função da região geográfica de atuação. O capital base para uma seguradora, enquadrada como S3, operar em todo o País é de R\$ 8,1 milhões. • Capital de Risco - CR: é o montante variável de capital que a Seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para a garantia dos riscos inerentes à operação considerando o risco de subscrição, crédito, operacional e mercado. • Capital Mínimo Requerido - CMR: é o montante de capital que a Seguradora deverá manter a qualquer tempo para garantia de suas operações e é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. • Ativos Líquidos: são os ativos de renda fixa aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100% (com pr cento) na cobertura das provisões técnicas. • Necessidade de cobertura de provisões: corresponde ao total de provisões técnicas deduzidas de custos de resseguro redutores de provisões técnicas, de direitos creditórios e de ativos de aquisição diferidos redutores de PPNG. A Seguradora está aderente a todas as regras mencionadas, conforme as Resoluções CNSP 321/2015, 412/2021, 432/2021 e alterações posteriores (Capital Mínimo Requerido e Plano de Regularização de Solvência) demonstrado na nota explicativa 18.3.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa e contas bancárias incluem a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	15	14
Depósitos à vista em instituições financeiras	15.551	11.104
	<b>15.566</b>	<b>11.118</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Seguradora não detinha nenhum item de caixa e equivalentes de caixa classificado como "Caixa restrito", bem como itens de caixa e equivalentes de caixa dados como garantias a terceiros.

**3. Aplicações:** **6.1 Maturidade das aplicações financeiras, representatividade, classe dos ativos e níveis:** Os quadros a seguir demonstram a composição e a maturidade do portfólio de investimentos da Seguradora em ativos financeiros mensurados ao valor, detalhada por classe de ativos, taxa de juros contratada, percentual de representatividade dos ativos em relação ao total, nível, valor de curva e valor de mercado.

	31/12/2021						Taxa de juros contratada	Nível
	Sem vencimento	Até 6 meses	Acima de 12 meses	Total	Percentual	Classe		
<b>Ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) (i)	-	-	372.481	372.481	40,3%	Pré-Fixado	Pré + Juros	1
<b>Títulos privados (II e III)</b>								
Debêntures Simples	-	-	115.605	115.605	12,5%	Pós-Fixado	CDI	1
Letra Financeira	-	-	8.094	8.094	0,9%	Pré-Fixado	CDI	1
DPGE	-	-	8.501	8.501	0,9%	Pré-Fixado	CDI	1
<b>Fundos abertos (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	166.484	-	-	166.484	18%	Pós-Fixado	CDI	1
<b>Cambial (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	2.575	-	-	2.575	0,3%	Cambial	USD	1
<b>Total dos títulos públicos, privados e dos fundos de investimentos</b>	<b>169.059</b>	<b>-</b>	<b>504.681</b>	<b>673.740</b>	<b>72,9%</b>			
<b>Renda variável (V)</b>								
Ações	208.293	-	-	208.293	22,6%	Ações Renda Variável	Fundo	1
Quotas de fundos de investimento imobiliário	25.815	-	-	25.815	2,8%	Imobiliário Renda Variável		1
<b>Total renda variável</b>	<b>234.108</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>234.108</b>	<b>25,4%</b>			
<b>Total dos ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado - Circulante</b>	<b>403.167</b>	<b>-</b>	<b>504.681</b>	<b>907.848</b>	<b>98,3%</b>			
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A) (vi)	-	-	15.356	15.356	1,7%	Prefixado	USD + Juros	2
<b>Total dos ativos mantidos até o vencimento - Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.356</b>	<b>15.356</b>	<b>1,7%</b>			

	31/12/2021						Taxa de juros contratada	Nível
	Sem vencimento	Até 6 meses	Acima de 12 meses	Total	Percentual	Classe		
<b>Ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) (i)	-	-	372.481	372.481	40,3%	Pré-Fixado	Pré + Juros	1
<b>Títulos privados (II e III)</b>								
Debêntures Simples	-	-	115.605	115.605	12,5%	Pós-Fixado	CDI	1
Letra Financeira	-	-	8.094	8.094	0,9%	Pré-Fixado	CDI	1
DPGE	-	-	8.501	8.501	0,9%	Pré-Fixado	CDI	1
<b>Fundos abertos (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	166.484	-	-	166.484	18%	Pós-Fixado	CDI	1
<b>Cambial (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	2.575	-	-	2.575	0,3%	Cambial	USD	1
<b>Total dos títulos públicos, privados e dos fundos de investimentos</b>	<b>169.059</b>	<b>-</b>	<b>504.681</b>	<b>673.740</b>	<b>72,9%</b>			
<b>Renda variável (V)</b>								
Ações	208.293	-	-	208.293	22,6%	Ações Renda Variável	Fundo	1
Quotas de fundos de investimento imobiliário	25.815	-	-	25.815	2,8%	Imobiliário Renda Variável		1
<b>Total renda variável</b>	<b>234.108</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>234.108</b>	<b>25,4%</b>			
<b>Total dos ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado - Circulante</b>	<b>403.167</b>	<b>-</b>	<b>504.681</b>	<b>907.848</b>	<b>98,3%</b>			
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A) (vi)	-	-	15.356	15.356	1,7%	Prefixado	USD + Juros	2
<b>Total dos ativos mantidos até o vencimento - Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.356</b>	<b>15.356</b>	<b>1,7%</b>			

	31/12/2021						Taxa de juros contratada	Nível
	Sem vencimento	Até 6 meses	Acima de 12 meses	Total	Percentual	Classe		
<b>Ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) (i)	-	-	201.914	201.914	19,1%	Prefixado	Pré + Juros	1
<b>Títulos privados (II e III)</b>								
Debêntures Infra	-	-	9.174	9.174	0,9%	Pós-Fixado	IPCA	1
Debêntures Simples	-	-	218.847	218.847	20,7%	Pós-Fixado	CDI	1
Debêntures Conversíveis	-	-	36.285	36.285	3,5%	Prefixado	Nominal	1
Letra Financeira	-	-	7.637	7.637	0,7%	Prefixado	CDI	1
DPGE	-	-	8.031	8.031	0,8%	Prefixado	CDI	1
<b>Fundos abertos (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	237.703	-	-	237.703	22,5%	Pós-Fixado	CDI	1
<b>Cambial (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	3.189	-	-	3.189	0,3%	Cambial	USD	1
<b>Total dos títulos públicos, privados e dos fundos de investimentos</b>	<b>240.892</b>	<b>-</b>	<b>481.888</b>	<b>722.780</b>	<b>68,5%</b>			
<b>Renda variável (V)</b>								
Ações	292.552	-	-	292.552	27,7%	Ações Renda Variável	Fundo	1
Quotas de fundos de investimento imobiliário	25.200	-	-	25.200	2,4%	Imobiliário Renda Variável		1
<b>Total renda variável</b>	<b>317.752</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>317.752</b>	<b>30,1%</b>			
<b>Total dos ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado - Circulante</b>	<b>558.644</b>	<b>-</b>	<b>481.888</b>	<b>1.040.532</b>	<b>98,6%</b>			
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A) (vi)	-	-	14.587	14.587	1,4%	Prefixado	USD + Juros	2
<b>Total dos ativos mantidos até o vencimento - Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.587</b>	<b>14.587</b>	<b>1,4%</b>			

	31/12/2021						Taxa de juros contratada	Nível
	Sem vencimento	Até 6 meses	Acima de 12 meses	Total	Percentual	Classe		
<b>Ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) (i)	-	-	201.914	201.914	19,1%	Prefixado	Pré + Juros	1
<b>Títulos privados (II e III)</b>								
Debêntures Infra	-	-	9.174	9.174	0,9%	Pós-Fixado	IPCA	1
Debêntures Simples	-	-	218.847	218.847	20,7%	Pós-Fixado	CDI	1
Debêntures Conversíveis	-	-	36.285	36.285	3,5%	Prefixado	Nominal	1
Letra Financeira	-	-	7.637	7.637	0,7%	Prefixado	CDI	1
DPGE	-	-	8.031	8.031	0,8%	Prefixado	CDI	1
<b>Fundos abertos (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	237.703	-	-	237.703	22,5%	Pós-Fixado	CDI	1
<b>Cambial (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	3.189	-	-	3.189	0,3%	Cambial	USD	1
<b>Total dos títulos públicos, privados e dos fundos de investimentos</b>	<b>240.892</b>	<b>-</b>	<b>481.888</b>	<b>722.780</b>	<b>68,5%</b>			
<b>Renda variável (V)</b>								
Ações	292.552	-	-	292.552	27,7%	Ações Renda Variável	Fundo	1
Quotas de fundos de investimento imobiliário	25.200	-	-	25.200	2,4%	Imobiliário Renda Variável		1
<b>Total renda variável</b>	<b>317.752</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>317.752</b>	<b>30,1%</b>			
<b>Total dos ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado - Circulante</b>	<b>558.644</b>	<b>-</b>	<b>481.888</b>	<b>1.040.532</b>	<b>98,6%</b>			
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A) (vi)	-	-	14.587	14.587	1,4%	Prefixado	USD + Juros	2
<b>Total dos ativos mantidos até o vencimento - Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.587</b>	<b>14.587</b>	<b>1,4%</b>			

	31/12/2021						Taxa de juros contratada	Nível
	Sem vencimento	Até 6 meses	Acima de 12 meses	Total	Percentual	Classe		
<b>Ativos mantidos para negociação/mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>								
<b>Renda fixa</b>								
<b>Títulos públicos</b>								
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) (i)	-	-	201.914	201.914	19,1%	Prefixado	Pré + Juros	1
<b>Títulos privados (II e III)</b>								
Debêntures Infra	-	-	9.174	9.174	0,9%	Pós-Fixado	IPCA	1
Debêntures Simples	-	-	218.847	218.847	20,7%	Pós-Fixado	CDI	1
Debêntures Conversíveis	-	-	36.285	36.285	3,5%	Prefixado	Nominal	1
Letra Financeira	-	-	7.637	7.637	0,7%	Prefixado	CDI	1
DPGE	-	-	8.031	8.031	0,8%	Prefixado	CDI	1
<b>Fundos abertos (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	237.703	-	-	237.703	22,5%	Pós-Fixado	CDI	1
<b>Cambial (IV)</b>								
Quotas de fundos de investimento	3.189	-	-	3.189	0,3%	Cambial	USD	1
<b>Total dos títulos públicos, privados e dos fundos de</b>								



★ continuação		PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES	
<b>Anexo I</b>			
<b>Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.</b>			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
<b>1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>3.073.922</b>	<b>Provisões Técnicas Auditadas (a)</b>	<b>3.073.922</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>2.081.945</b>	Valores redutores auditados (b)	<b>2.257.909</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>644.513</b>	<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>816.013</b>
		<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido</b>	<b>31/12/2021</b>
		Capital Base (a)	<b>8.100</b>
		Capital de Risco (CR) (b)	<b>248.630</b>
		<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>248.630</b>
		<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2021</b>
		Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	<b>480.762</b>
		Ajustes Econômicos do PLA	<b>72.745</b>
		Exigência de Capital (CMR) (b)	<b>248.630</b>
		<b>Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>232.132</b>
		Ativos Garantidores (d)	<b>915.309</b>
		Total a ser Coberto (e)	<b>816.013</b>
		<b>Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>99.296</b>
		<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	<b>31/12/2021</b>
		0929, 0969, 0977, 0980, 0982, 0984, 0987, 0990, 0993, 1329, 1369, 1377, 1380, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	<b>5.000</b>
		0112, 0114, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0173, 0195, 0196, 0234, 0310, 0313, 0327, 0351, 0378, 0520, 0524, 0525, 0526, 0542, 0553, 0621, 0622, 0623, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658, 0711, 0743, 0746, 0748, 0749, 0775, 0776, 1061, 1065, 1066, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1130, 1162, 1164, 1198, 1417, 1428, 1433, 1457, 1528, 1535, 1537, 1574, 1597, 1734, 1872	<b>20.156</b>

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações

financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022



**PricewaterhouseCoopers Ltda.**

Audítores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Caio Fernandes Arantes**  
Contador CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>